

# A evolução da doutrina de defesa na Colômbia, a ingerência do Ocidente e os ajustes da dinâmica interna

*The Colombian Defence Doctrine evolution, the western interference and the adjustments of the internal dynamics*

**Resumo:** Embora as Forças Armadas da Colômbia tenham desenvolvido historicamente sua doutrina seguindo o exemplo dos países ocidentais, a história do país mostra como, desde o início da organização militar, sua doutrina teve que mudar e se adaptar à realidade local. Ela adquiriu características diferenciais como o papel misto entre militares e civis desde os tempos da Conquista, e a policialização da entidade militar e vice-versa, que está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento das suas funções no território. A função das forças Militares da Colômbia continua sendo principalmente interna, para combater a problemática de segurança do país e tem se concentrado na integridade do território e na segurança humana em todas as suas dimensões. Apesar de não ser uma força expedicionária, a experiência e as atuais capacidades desta organização permitem uma interoperabilidade, até agora centrada nas operações de paz.

**Palavras-chave:** Doutrina, Policialização, segurança interna, segurança humana, interoperabilidade, operações de paz.

**Abstract:** Although the Colombian Military Forces (CMF) have historically developed their doctrine following the example of Western countries, the country's history presents how, since the beginning of the military organisation, its doctrine has had to change and adapt to local reality. The CMF doctrine have acquired differential characteristics, such as the mixed role between the military and the civilian since the times of the Conquest, the policialisation of the military and vice versa, which are intrinsically linked to the development of its functions within the territory. The role of the Colombian Military Forces continues to be mainly internal to counteract the country's security problems; it has been focused on the integrity of the territory and human security in all its dimensions. Despite not being an expeditionary force, the experience and current capabilities of this organisation allow their interoperability, which has been focused on peace operations.

**Keywords:** Doctrine, Policialisation, internal security, human security, interoperability, peacekeeping operations.

**Maritza Padilla-Bueno** 

Ejército Nacional de Colombia.  
Bogotá D. C., Colômbia.  
King's College London. Department of  
War Studies.  
London, United Kingdom.  
maritza.padilla\_bueno @kcl.ac.uk

**Recebido: 4 nov. 2022**

**Aprovado: 28 jan. 2023**

**COLEÇÃO MEIRA MATTOS**

**ISSN on-line 2316-4891 / ISSN print 2316-4833**

<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index>



Creative Commons  
Attribution Licence

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo investiga a doutrina do Exército Colombiano, que se fundamenta teoricamente em doutrinas de países ocidentais, como nos exemplos usados no marco teórico de Huntington e Janowitz sobre a profissão militar dos Estados Unidos e da Alemanha, caracterizada por ter sido desenvolvida sob os preceitos das forças expedicionárias e da guerra regular, mas a realidade da Colômbia fez com que, desde o surgimento da organização militar, esta doutrina tivesse e devesse ser constantemente ajustada. Nesse sentido, este artigo coleta informações qualitativas de documentos relevantes sobre o desenvolvimento da doutrina do Exército Colombiano, para descrever historicamente como, desde o momento da Conquista até a última atualização em 2018, seu desenvolvimento faz com que tenha algumas características distintivas.

A doutrina militar é entendida como o quadro em que se rege tudo o que diz respeito às Forças Armadas, as características da profissão, a sua estrutura, as tarefas que desenvolve e como devem ser desenvolvidas desde o nível estratégico ao tático. Como esse marco decorre logicamente dos objetivos do Estado, a doutrina de defesa resulta da sinergia entre a estratégia política e como garantir, por meio da segurança, que essa estratégia seja cumprida (AVANT, 1993; CALA, 2018; CARDONA-ANGARITA, 2020; PADILLA CEPEDA, 2014; POSEN, 1984a; ROJAS GUEVARA, 2017b).

Acadêmicos como Huntington (1957) em seu trabalho *The soldier and the state* («Soldado e o Estado») e Janowitz com *The professional soldier* («Soldado Profissional»), publicado em 1960, desenvolveram suas teorias nas quais enquadraram as características da profissão militar e sua doutrina, sobre exemplos de países ocidentais como Estados Unidos e Alemanha, as quais se caracterizam por serem Forças Expedicionárias e em ambiente de guerra regular. Huntington e Janowitz descreveram a instituição castrense e suas características, tanto em termos de forma quanto de conceito, e essas teorias se tornaram por muito tempo o referencial para o desenvolvimento da profissionalização em outras forças militares.

Mais tarde, surgiram teóricos como Weiss e Campbell (1991), Avant (1994), Desch, (1998), Fishel (2000), Cohen (2006), Caforio y Nuciari (2006), Charles Bruneau y Tollefson (2014), que foram acrescentando a essas teorias componentes que lhe permitissem ajustar-se às circunstâncias das realidades em que se desenvolviam as forças militares de outros países. Principalmente, acrescentaram que os militares também cumprem deveres relacionados à guerra irregular, como contra o terrorismo, assistência humanitária, segurança urbana e operações de paz (CHARLES BRUNEAU; TOLLEFSON, 2014; MADIWALE; VIRK, 2011; MARTÍNEZ; DURÁN, 2017; VENNESSON, 2003; WEISS, 1999). Outros acadêmicos como Lieuwen (1961), Ruhl (1981), Guy (1989), Diamont y Plattner (1996), Sarigil (2011), estudaram características militares especificamente para países latino-americanos. Devido a esta ocidentalização das teorias, assim como as de Huntington e Janowitz, autores como Arlene Tickner (2003), Sotomayor Velázquez (2004), Acharya e Buzan (2009), Tickner e Blaney (2013) argumentam que se faz necessário ajustar as teorias ocidentais, em geral, às realidades dos países que não são ocidentais onde são aplicadas.

É o caso da doutrina de defesa na Colômbia, herdada do Ocidente e que, devido ao próprio desenvolvimento histórico do país e realidades como o conflito interno desde a década de 1960, teve que se transformar para atender às suas próprias necessidades. É uma doutrina voltada para o atendimento à segurança interna do país, relacionada às necessidades básicas da população; em outras palavras, à guerra irregular, para combater grupos insurgentes, ataques terroristas e

crimes transnacionais; além de defender a segurança humana, prestando assistência humanitária, segurança urbana e participando de operações de paz.

Nesse sentido, este artigo propõe a hipótese de que, embora a doutrina colombiana tenha raízes ocidentais, ao longo do tempo ela se ajustou à realidade do país. Para isso, este artigo primeiramente faz um percurso histórico da formação das forças militares na Colômbia, mostrando de quais países vem adquirindo doutrina e como a transforma de acordo com suas necessidades até hoje. Segundo, apresenta uma radiografia da doutrina de defesa atual para finalmente concluir que, embora a doutrina militar na Colômbia tenha contribuições ocidentais, funciona apenas porque se ajustou à realidade das dinâmicas do país; isso a faz ter características distintivas que atualmente a levaram a ser exemplo para países e organizações ocidentais como os Estados Unidos e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

## **2 A HISTÓRIA DA COLÔMBIA SOB A ÓTICA DO DESENVOLVIMENTO DA DOUTRINA CASTRENSE**

Na Colômbia, a formação de forças militares remonta aos tempos da Conquista do final de 1400; as suas raízes vêm das estruturas militares espanholas que vieram conquistar o território onde posteriormente se formou o país. A Coroa espanhola, a fim de se expandir para os continentes recém-descobertos, ofereceu dinheiro aos espanhóis para formar forças expedicionárias para conquistar «As Índias» e depois se estabelecer em troca de tributo. Para isso, eram nomeados capitães ou governadores dos grupos Expedicionários que não tinham necessariamente treinamento militar e que vinham de diferentes contextos sociais. Esses homens tinham que pagar aos capitães para embarcar também com suas armas e comida. Nas Índias a tarefa da conquista não foi muito difícil, porque os habitantes deste território, os indígenas, embora fossem numerosos, não conheciam técnicas avançadas de combate nem armas como a pólvora, espadas, armaduras, nem meios como os cavalos ou cães (SANTOS PICO, 2007).

A fase de ocupação destes territórios implicou o uso da força armada; os conquistadores receberam as patentes de almirante, vice-rei ou governador da Coroa Espanhola, e as pessoas em seus grupos começaram a se identificar como soldados. Essa estrutura se constituiu como princípio das forças militares e prevaleceu ao longo da Conquista (VALENCIA TOVAR, 1993).

No século XVI, como parte dos acordos entre a Espanha e os conquistadores, foram estabelecidas as capitulações, extensões de território onde cada investidor na Conquista se tornava o governador-capitão, era permitido recrutar soldados e ganhar dinheiro em troca do tributo à Coroa (VALENCIA TOVAR, 1993). Após a conquista, a organização permitiu que os soldados se tornassem proprietários de terras e recebeu o nome de encomienda. A cada encomendero eram atribuídas terras e um número de indígenas entre 500 e 2.000 aproximadamente. Eles tinham a missão de converter indígenas ao catolicismo, recrutar, e estavam sob as ordens de governadores-capitães ou vice-reis (VALENCIA TOVAR, 1993). A característica mais relevante dessa época como fundamento das forças militares é que os investidores civis e aqueles que se juntaram a seus grupos lhes deram patentes militares, então eles funcionaram como soldados com a função de governar, uma dinâmica que interfere na concepção da doutrina, uma vez que as atribuições dos militares eram tanto a segurança quanto a administração do Estado.

Entre 1600 e 1700 a administração do novo território denominado Nova Granada foi realizada através da figura de uma Presidência Militar, o primeiro nomeado pela Coroa foi o marechal Don Juan de Borja (SANTOS PICO, 2007). Dessa forma, a figura de um governante militar com funções civis continuou durante esses períodos. No ano de 1718, devido à importância do território e que continuamente sofria ataques, os reis Bourbon o transformaram no Novo Reino de Granada; esse status foi essencial para moldar uma organização militar mais estável e fortalecida. Em meados do século XVIII, Carlos III fez reformas transcendentais para as forças militares, fortalecendo-as com homens, armas e frotas de navios para enfrentar as forças de outros países que desejavam ocupar o território (VALENCIA TOVAR, 1993). No final deste século, o então regente arcebispo Antonio Caballero y Góngora reestruturou novamente a organização militar, potencializando-a porque considerava que um regime de impostos não poderia sobreviver sem o apoio de uma força militar sólida. Para isso, fortaleceu pontos do Estado diferentes de Cartagena, o centro de governo daquele momento (VALENCIA TOVAR, 1993).

O período seguinte é a pré-independência, que traz novos elementos doutrinários. Naquela época, a Espanha enfrentava a França para defender seu território, enquanto as tropas que estavam na colônia, compostas por espanhóis e crioulos, foram influenciadas a se emancipar pelas ideias do Iluminismo francês e receberam apoio dos britânicos. Da mesma forma, a coroa espanhola recebeu o general britânico Sir Arthur Wellesley para reorganizar e treinar suas tropas (SANTOS PICO, 2007). A organização das tropas da colônia tomou a forma da espanhola, que se conserva até hoje. A Tabela 1 mostra um exemplo comparativo da organização do Exército espanhol da época e do Exército colombiano em 2022.

**Tabela 1 – Comparativo do Exército Pré-Independência da Espanha e do Exército colombiano 2022**

Comparação Exército Espanhol Pré-Independência e Exército Colombiano 2022	
Exército Espanhol Pré-Independência	Exército Colombiano 2022
Capitão-General	Não Existe
Tenente-Coronel	General
Marechal	Major-General
Brigadeiro	Brigadeiro-General
Coronel	Coronel Full
Tenente-Coronel	Tenente-Coronel
Comandante	Mayor
Capitão	Capitão
Tenente	Tenente
Segundo Tenente	Subtenente
Sargento-Major	Sargento-Major
Segundo Sargento, Vice-Sargento, Primeiro Sargento	Segundo Sargento, Primeiro Sargento
Segundo Cabo, Primeiro Cabo	Primeiro Cabo, Segundo Cabo
Soldado	Soldado

Fonte: O autor a partir de VALENCIA TOVAR, 1993, p. 73

Esta tabela comparativa é relevante no sentido de mostrar como a organização militar colombiana desde o período antes da independência mantém atualmente suas raízes ocidentais, neste caso da Espanha.

Depois, durante a Independência, proclamada em 20 de julho de 1810, que não entrou em vigor imediatamente, apenas nove anos depois através da Batalha de Boyacá e depois mais 14 anos até a Batalha final de Ayacucho. Nesse período de insurreição, a instituição militar caracterizou-se por ser improvisada, composta em sua maioria por crioulos e nativos das classes média e baixa. Esta época é considerada como o ponto de partida das forças Militares Colombianas e de suas escolas (CARDONA-ANGARITA, 2020).

O próximo período é a República, e as características mais relevantes deste período são a organização das milícias e a criação do Batalhão de Voluntários da Guarda Nacional, no qual, além dos soldados crioulos, também faziam parte os soldados espanhóis que juraram fidelidade à nova República. Foi nomeado como seu comandante o tenente-coronel Antonio Baraya, sendo esta unidade historicamente considerada o primeiro Exército da Colômbia (SANTOS PICO, 2007). Outro acontecimento que caracteriza a organização da época é a presença de Simón Bolívar, que chegou em Cartagena em 1812 e não só se tornou um líder, mas também trouxe à doutrina militar os ensinamentos adquiridos de seus estudos na Espanha, França e Grã-Bretanha. Para Bolívar, para proteger o território, a guerra deveria ser conduzida sob o princípio ofensivo. Também contribuiu com sua visão política através dos manifestos de Cartagena, nos quais expôs seu ideal político centralista e os danos causados à República pelo Federalismo (MARTÍNEZ *et al.*, 2019). A partir desse período, denota-se a interferência militar no pensamento político entre o centralismo e o federalismo; de fato, os partidos políticos na Colômbia nascem dos militares, seguindo essas duas diretrizes (VALENCIA TOVAR, 1993). Além disso, Bolívar neste período reafirma a dupla função dos militares como defensores e administradores do território, função militar e política que se manteve desde a Conquista.

Posteriormente, surgem outros relevantes dirigentes militares, como Francisco José de Caldas, que contribui para o pensamento militar, conceituando as virtudes militares, os valores subjetivos, como a glória do soldado, a coragem, a obediência, a moderação, o valor da verdade e o amor pela Pátria. Para Caldas, a principal virtude de um soldado é a honra militar (SANTOS PICO, 2007).

Esse período também teve influência de outros oficiais europeus que contribuíram para a causa da Independência. Por exemplo, Antonio Nariño, um político e militar que traduziu os direitos do homem da França para defender Cundinamarca, recebeu a colaboração do oficial francês Antonio Bailly. Outro francês que contribuiu na época foi Manuel Roergaz De Serviez, um instrutor que trouxe consigo a doutrina de lugares onde já havia servido, como Inglaterra e Prússia (VALENCIA TOVAR, 1993). Essas contribuições são relevantes para este artigo, pois permitem mostrar as correntes ocidentais e como continua o padrão de combinação entre militar-político como Bolívar ou político-militar como Nariño.

Como a administração da república foi dada de forma descentralizada, também a organização militar resultou em uma desconexão entre as províncias, o que permitiu à Espanha a reconquista. O oficial espanhol encarregado dessa tarefa era Pablo Morillo, e naquele momento foi classificado como o “regime de terror, devido à violência infligida por este soldado e seus subordinados, para conseguir a reconquista” (MARTÍNEZ *et al.*, 2019, p. 45; SANTOS PICO, 2007, p. 88). Essa era violenta deu origem aos primeiros movimentos subversivos de luta novamente pela

liberdade. Uma característica interessante é que esses grupos que emergiram ao redor do território eram apoiados pelas autoridades civis e eclesiásticas, além da sociedade em todos os seus níveis (VALENCIA TOVAR, 1993).

Bolívar retorna à Nova Granada e começa sua campanha Libertadora em 1819; reuniu as tropas remanescentes da Nova Granada, os grupos subversivos que haviam se formado, aproveitou o apoio do povo para a logística e pediu ajuda à Legião Britânica. Outras nacionalidades também estavam presentes nessas tropas mistas, como poloneses, franceses e italianos (MARTÍNEZ *et al.*, 2019).

Bolívar conseguiu a vitória e todos os comandantes que o acompanharam nas batalhas de independência foram nomeados governadores das províncias. Francisco de Paula Santander foi nomeado seu vice-presidente, e isso foi transcendental não só para a organização militar, mas também para a construção do Estado, pois passou a organizar as leis e promover a educação. Nesse momento, as forças militares deixaram sua doutrina espanhola e passaram para a doutrina francesa, que os governou durante todo o século XIX (MARTÍNEZ *et al.*, 2019; ROJAS GUEVARA, 2017a). É valioso para o argumento deste artigo que, independentemente da doutrina que os militares da época seguiam, fosse ela espanhola, francesa ou britânica, a organização militar também foi ajustada para governar e criar o Estado-nação.

A consolidação da República é caracterizada por uma série de guerras civis, provocadas por uma disputa permanente entre o federalismo e o centralismo. Isso fez com que a instituição militar voltasse sua doutrina ao combate da problemática interna e estivesse em constante reorganização para alcançar a consolidação do Estado, características que se mantiveram até hoje (GÓMEZ, 2016; MARTÍNEZ *et al.*, 2019).

Em 1830, o território continuava a ser reorganizado; algumas províncias se separavam, outras se uniam, e o que havia se tornado a grande Colômbia foi dissolvido. Surgem a República de Nova Granada e uma Constituição, que se torna fundamental para as forças militares, pois foram reorganizadas. Um Exército regular e uma Guarda Nacional são estabelecidos, bem como o recrutamento para homens entre 18 e 36 anos de idade. A Guarda Nacional constitui-se como corpo complementar ao exército e era composta por civis voluntários que usavam o uniforme e apoiavam temas de ordem pública (CEBALLOS GÓMEZ, 2011; ESQUIVEL TRIANA, 2009; LA ROSA; MEJÍA, 2017).

Paradoxalmente, Santander como presidente (1832-1837), depois de todo esse tempo o governo estar nas mãos dos militares, retirou quase todo o apoio às tropas e os retirou da esfera política. No entanto, ao longo do século XIX, os militares continuaram a assumir posições políticas; e os proprietários de terras, posições militares. Essa relação de latifundiários com poder militar afetou as guerras civis, porque os soldados eram obrigados por seu latifundiário a lutar defendendo sua filiação política (federalista ou centralista). Essa dinâmica de guerras bipartidárias provocou o declínio da doutrina militar (BARRIGA, 1852; PINZÓN, 1856).

Com o passar das guerras civis, cada governo que passava enfraquecia a organização militar. Alguns reduziram seu orçamento e pensão, como o general José María Obando (1853-1854), outros reduziram as tropas, como Manuel María Mallarino (1855-1857). O Exército central foi reduzido a tal ponto que sofreu derrotas, e os latifundiários passaram a formar exércitos privados (ATEHORTÚA, 2001; CEBALLOS GÓMEZ, 2011; PLAZAS OLARTE, 1993; SANCLEMENTE, 1858).

No período seguinte, de 1863 a 1865, os Estados Unidos da Colômbia foram formados. Em 1863, foi instaurada uma nova Constituição que continuou o enfraquecimento dos militares.

Foram criados três corpos diferentes, a Gendarmaria que era como a Polícia, a Guarda Municipal que tinha as funções de infantaria, cavalaria e artilharia e, finalmente, as Companhias Civis que se ocupavam dos assuntos de ordem pública, o treinamento militar era fornecido apenas se fosse necessário e o atendimento foi voluntário (MARTÍNEZ *et al.*, 2019).

Essa era de enfraquecimento doutrinário estrutural da força militar terminou em 1886 com a chegada do presidente Rafael Núñez, que governou três vezes (1880-1882, 1884-1886, 1887-1888). Núñez foi benéfico para a República e as forças militares, porque criou a Constituição de 1886 que vigorou até 1991, na qual introduziu o governo centralizado, estabeleceu uma Força Pública permanente, foram chamados de Exército Nacional e Polícia Nacional, e determinou-se que todos os cidadãos eram obrigados a pegar em armas para defender a Nação (ATEHORTÚA, 2001; GONZÁLES, 2006).

A partir deste momento inicia-se uma nova era na evolução das forças militares para a defesa do país. Em prol da profissionalização, o presidente Núñez trouxe uma série de missões militares de diferentes países para que contribuíssem para a modernização da França, dos Estados Unidos e do Chile (ATEHORTÚA, 2001; PINZÓN BUENO; RODRÍGUEZ URIBE, 2016). No entanto, as discussões entre os partidos políticos continuaram a afetar a profissão militar, uma vez que os políticos continuavam a interferir, por exemplo, em questões como promoções, que eram dadas por filiação política (GONZÁLES; BETANCOURT MONTOYA, 2018; MARTÍNEZ *et al.*, 2019). Outro fator que influenciou esse processo de modernização foi o fato de que, por estar em tempos de paz, as tarefas dos militares foram mais policiadas<sup>1</sup> e o treinamento militar escasso (MARTÍNEZ *et al.*, 2019; PINZÓN BUENO; RODRÍGUEZ URIBE, 2016). A policialização das Forças Militares e a militarização da Polícia na Colômbia são características que surgiram desde o início das organizações e que se mantiveram até hoje. Os militares não apenas realizam seu trabalho no interior do país, mas também protegem áreas urbanas e rurais e contribuem para a segurança cidadã.

Segue-se o período republicano, acompanhado de mais uma injeção de modernização das forças militares. O presidente Rafael Reyes (1904-1909), que dirigiu o país em um período de pós-guerras civis e calma, considerou que as forças militares eram essenciais para a estabilização interna e a garantia da soberania do Estado. Neste sentido, Reyes realizou um estatuto no qual deu ao Estado através de sua força militar o monopólio das armas e aumentou a educação militar por meio das academias. Por exemplo, foi criada a Escola Naval. Promoveu, além disso, que os militares estivessem em prol do Estado e não de nenhuma filiação partidária e designou batalhões para a construção de infraestrutura e outros trabalhos para cobrir as necessidades básicas da população (ATEHORTÚA, 2001, 2009; PEÑA, 2016; SANTOS PICO, 2007). Para continuar com a modernização das forças militares, Reyes nomeou o general Rafael Uribe como seu ministro da Guerra, que trouxe outras missões militares do Peru e do Chile. A modernização incluiu o serviço militar obrigatório, um sistema de reservas financiado pelo Estado, foi organizada a Escola Superior de Guerra, a cadeia de comando, o Estado-Maior, o serviço de Saúde Militar e foi criada uma organização Divisória ao Exército (ARANCIBIA CLAVEL, 2002; ATEHORTÚA, 2001; CAMACHO ARANGO, 2016; CARDONA-ANGARITA, 2020; PADILLA CEPEDA, 2014; PIZARRO, 2018; ROJAS GUEVARA, 2017a).

<sup>1</sup> O termo “policialização” definido por Salazar (2009, p. 11) é usado para se referir à atribuição de tarefas policiais aos militares, também pode acontecer a militarização policial.

No final das missões militares que duraram até 1929, as forças militares alcançaram mudanças que configuraram o que são hoje centralizadas, com cobertura em território nacional, uma linha de comando estabelecida e focadas em tarefas para combater o problema interno. Somado a isso, na década de 1930 ocorrem outros eventos que contribuem para demarcar ainda mais a organização. Em primeiro lugar, Enrique Olaya Herrera (1930-1934) como o primeiro presidente do partido Liberal, após 44 anos de governos conservadores, decidiu que os militares deveriam ser apolíticos; para isso, proibiu o voto aos membros das Forças Militares e da Polícia Nacional, decisão que se mantém até o dia de hoje (ATEHORTÚA, 2001). Por outro lado, nesse período, o Exército foi encarregado de estabelecer presença e desenvolver áreas remotas do país por meio de colônias militares, que eram povoados fundados pelos militares e seus familiares, especialmente nos departamentos de Caquetá, Amazonas e Putumayo. Para isso, construíram estradas que comunicavam com o centro do país, ajudaram a melhorar a navegabilidade dos rios, alfabetizaram as comunidades indígenas e estabeleceram pontos de defesa. Em suma, eles receberam a tarefa de desenvolver e construir o Estado-nação (Martinez *et al.*, 2019). Também nesta década surgiram os grupos guerrilheiros liberais, devido a inconformismos pela distribuição das terras e mais de quatro décadas de governos conservadores. Da mesma forma, entre 1932-1933, o Peru invadiu o território colombiano, o que provocou uma guerra (ÁLVAREZ ESTRADA, 2015; MARTÍNEZ *et al.*, 2019; PIZARRO, 2018). Por um lado, a guerra com o Peru visibilizou a necessidade de armamento adequado, de uma capacidade aérea e naval, e o surgimento de grupos guerrilheiros marcou a tendência em doutrina contrainsurgente e de estabilização da segurança pública.

Nas décadas seguintes, no segundo governo de Alfonso López Pumarejo (1934-1938 e 1942-1945), destituiu vários generais do cargo para que não interferissem na política e reduziu as tropas. Ao contrário, nomeou um general como ministro da Guerra, que tinha sido tradicionalmente civil (ATEHORTÚA, 2001). Na presidência seguinte de Mariano Ospina Pérez (1946-1950) devido a surtos de violência em todo o país, decidiu nomear militares como prefeitos e governadores em mais de 200 cidades e municípios (ATEHORTÚA, 2001). Em ambos os governos e, em geral, nestas décadas, os militares continuaram cumprindo outras funções no governo ou governando, costume que, como se viu ao longo do desenvolvimento deste artigo, nasceu a partir do momento da conquista. Embora o Exército Colombiano tenha se desenvolvido com base na doutrina ocidental, ele possui características próprias, como essa mistura de papéis militares e políticos.

Outro acontecimento que marca a doutrina militar na Colômbia é a sua participação na Guerra da Coreia (1950-1953), onde foram recolhidas experiências, principalmente dos Estados Unidos, em organização e contrainsurgência. Militares colombianos como Álvaro Valencia Tobar e Alberto Ruiz Novoa entendem a organização militar dos Estados Unidos, suas vantagens e também como as relações com a população civil ajudam na luta contrainsurgente, o fato de conquistar corações e mentes e as vantagens que proporciona na guerra (CARDONA-ANGARITA, 2020; GARCÍA, 2003; LEAL BUITRAGO, 2002; MELÉNDEZ CAMARGO, 2015; ROJAS GUEVARA, 2017; SANTOS PICO, 2007; SILVA *et al.*, 2018; VALENCIA TOVAR, 1993). No entanto, o autor considera relevante destacar que, embora essas lições aprendidas com a Coreia tenham feito com que o tema «ganhar corações e mentes» fosse formalmente incluído na doutrina, a história mostra que o papel de suprir as necessidades básicas da população tem sido inerente às Forças Armadas Colombianas desde a sua criação.



A segunda metade de 1900 começa com o governo militar de Rojas Pinilla (1953-1957), transcendental por vários motivos. Ao contrário da tendência no subcontinente de ditaduras civis e militares, na Colômbia, devido às discrepâncias entre os partidos Liberal e Conservador, decidiram ceder o poder aos militares, chefiados pelo General Rojas Pinilla, para cessar a violência. Durante este governo, a igreja e os civis não perderam participação política, e em termos doutrinários as forças militares apesar de «estarem governando» deixaram de apoiar partidos políticos para começar a apoiar o governo e dedicar-se à sua função de ordem pública (DE MONCADA, 2007; RAMÍREZ, 2001; VALENCIA TOVAR; GARCÍA, 2003).

Este governo termina com o nascimento da Frente Nacional, um acordo dos partidos políticos para dividir o poder alternando a cada quatro anos. O primeiro presidente deste acordo foi Alberto Lleras Camargo (1958-1962), que em um discurso no Teatro Patria em 9 de maio de 1958 afirmou que os militares deveriam se concentrar na gestão da guerra e os políticos na política. Segundo Pizarro (2018), esse discurso causou o «divórcio» entre militares e políticos no país. Desde então, os civis da elite colombiana pensaram que a ordem interna era apenas responsabilidade da Força Pública. Essa desconexão provocou o enfraquecimento na luta contra as guerrilhas, e os militares acabaram realizando tarefas que eram responsabilidade primária de outras entidades do governo, como por exemplo educação e saúde (ATEHORTÚA, 2001; BRUNEAU; GOETZE JR., 2019; LEAL BUITRAGO, 2002; PIZARRO, 2018; VALENCIA TOVAR; GARCÍA, 2003).

O governo seguinte foi liderado por Guillermo León Valencia (1962-1966), significativo para a doutrina militar, pois nomeou Alberto Ruiz Novoa, que havia participado da Guerra da Coreia, Ministro da Guerra, junto com outros militares como Álvaro Valencia Tovar e Gabriel Puyana. Esses militares foram chamados de *Desenvolvimentistas*, e com o conhecimento trazido da Coreia contribuíram para a modernização do exército (LEAL BUITRAGO, 2002; PIZARRO, 2018). A década de 1960 teve outras características relevantes na dinâmica securitária no país, que marcaram a trajetória do desenvolvimento doutrinário até hoje, como o nascimento dos guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias (FARC), do Exército de Libertação Nacional (ELN) e do Exército Popular de Libertação (EPL) e o aumento dos cultivos de maconha e coca. Com o objetivo de combater estes delitos, o ministro Ruiz Novoa criou o plano Laso, uma estratégia militar para integrar as atividades militares com a sociedade, contribuir para o desenvolvimento do país e evitar o comunismo (ATEHORTÚA, 2001; COMANDO..., 1962; LEAL BUITRAGO, 2002; SANTOS PICO, 2007).

Entre 1960 e 1970 foram editados uma série de decretos (1963, 1968 e 1974) que contribuíram para o aumento dos salários dos militares, foram concedidos bônus especiais e concessões no sistema previdenciário. Da mesma forma, durante os 1970s, os Estados Unidos alocaram orçamento de ajuda às forças militares da América Latina em treinamento e equipamento, e 10% desse orçamento foi para a Colômbia (ATEHORTÚA, 2001).

Na década de 1980, a doutrina militar visava, por um lado, a contrainsurgência em áreas rurais e urbanas, uma vez que a violência guerrilheira se intensificou por meio do terrorismo, como o atentado ao Palácio da Justiça em 1985, no qual estiveram envolvidos os cartéis do narcotráfico, já que apoiaram com dinheiro para realizar este ataque a fim de evitar sua extradição. Por outro lado, os militares começaram sua participação nas operações de paz; em 1982 foram destacados para a força Multinacional de Observadores, mantendo o tratado de paz entre Egito e Israel, participação que permanece até hoje (BRUNEAU; GOETZE JR., 2019; MARTÍNEZ *et al.*, 2019).

Então, na década de 1990, a violência dos guerrilheiros e dos cartéis de drogas continuou. A segurança estava completamente deteriorada, chegou a tal ponto que os cidadãos não podiam se mobilizar para o interior do país, o Investimento Estrangeiro declinou, a Colômbia tornou-se um Estado falido. O Exército sofreu os maiores desastres operacionais, como o ataque das FARC à base de *Las Delicias*, que resultou na morte de 27 militares e no sequestro de 60. Durante a presidência de Andrés Pastrana (1998-2002), o governo começa a negociar a paz com as Farc, sem sucesso porque esse grupo continuou a atacar a população. Em seguida, o presidente Pastrana ordena que as forças militares reocupem o território que havia sido preparado pelo governo para esses diálogos. Como resultado de todos esses eventos, entre 1999 e 2006 as forças militares tiveram que entrar em uma transformação para combater essa situação de segurança. A modernização concentrou-se em treinamento, revisão de Doutrina, estratégias de campanha e aumento de capacidades. Isso junto com a cooperação internacional, já que o problema das drogas é transnacional (BRUNEAU; GOETZE JR., 2019; MARTÍNEZ *et al.*, 2019; PINZÓN, 2016; PIZARRO, 2018; ROJAS GUEVARA, 2017a).

Neste sentido, o governo dos Estados Unidos aprovou um pacote de cooperação para combater o tráfico de drogas. Este auxílio foi realizado através do *Plano Colômbia* em que havia contribuições deste país e da Colômbia (BRUNEAU; GOETZE JR., 2019; GONZALEZ; BETANCOURT MONTOYA, 2018; PADILLA CEPEDA, 2014; PINZÓN, 2016; PIZARRO, 2018). Esse Plano permitiu a reengenharia das forças militares em equipamento e treinamento, significou também um contributo para a doutrina, por exemplo, no domínio da asa rotativa e da asa fixa. No entanto, a contribuição doutrinária dos Estados Unidos acomodou-se às necessidades operacionais colombianas.

Entre 2002 e 2006, ocorreu o primeiro governo do presidente Álvaro Uribe, que criou a Política de Segurança Democrática, voltada para a consolidação do território, a proteção da população, a eliminação do narcotráfico e a manutenção da capacidade de dissuasão, que serviu como um novo impulso de modernização para as forças militares. O imposto sobre defesa foi reforçado, o que permitiu avanços como o aumento de tropas, melhoria no treinamento e equipamento, um aumento de salário, a criação de unidades militares e o fortalecimento da aviação do exército (BRUNEAU; GOETZE JR., 2019; PIZARRO, 2018; SANTOS PICO, 2007).

Doutrinariamente, essa evolução proporcionou flexibilidade ao exército, maior mobilidade, aumentou a capacidade de inteligência para alcançar um entendimento significativo da natureza e propósito do inimigo, em prol de alcançar seu desarmamento e desmobilização (PIZARRO, 2018). Esse reforço às forças militares ajudou-as a ganhar gradualmente o controle do território, recuperando a segurança e com ela o investimento. Também com esse propósito, a doutrina foi fortalecida nas operações conjuntas, impulsionando a coordenação entre o Exército, a Marinha e a Aeronáutica, somada à cooperação interinstitucional, colocando o objetivo militar e político na mesma direção (PINZÓN, 2016; PIZARRO, 2018; SANTOS PICO, 2007).

Em paralelo, foi criado o *Plano Consolidação* para que os militares e outras entidades governamentais fizessem presença em áreas remotas do país. Essa coordenação ocorreu por meio da Doutrina da Ação Integral, voltada para a proteção da população civil e de suas necessidades básicas. A Ação Integral, fundamental para criar condições estáveis para a consolidação do controle territorial, ganhar a «mente e os corações» através da melhoria das capacidades logísticas das forças militares e proporcionar a habilidade de construir, por exemplo, rodovias, pontes e parques. A experiência colombiana nessa doutrina civil-militar foi estudada por organizações como a Otan

e constitui um estudo de caso com lições aprendidas que podem ser utilizadas por outros países em conflito armado (PINZÓN, 2016; PIZARRO, 2018). Essa ação constitui uma característica particular da doutrina militar colombiana.

Essas mudanças doutrinárias permitiram às forças militares subjugar os grupos guerrilheiros, e com isso, depois de 2010, abriu-se a porta ao próximo governo para negociar os acordos de paz com as Farc (BRUNEAU; GOETZE JR., 2019; PIZARRO, 2018). Em 2011, O Ministério da Defesa criou uma estratégia para a reengenharia das forças militares. Para isso estabeleceu os Comitês de Revisão Estratégica e Inovação (Crei). O objetivo dessa reestruturação era conseguir forças militares visíveis, decisivas, letais, integradas e interoperáveis para cumprir multimissões em resposta a qualquer ameaça. Assim como mudanças estruturais na organização, tecnologia, gestão de pessoal e doutrina (CASTILLO CASTAÑEDA; NIÑO GONZÁLEZ, 2020; ROJAS GUEVARA, 2017a, 2017b).

O Crei programou um processo de transformação em três etapas. A primeira, de 2014 a 2018, focada na ofensiva militar, garantindo segurança e defesa, tornando-se um modelo regional e hemisférico. A segunda, de 2018 a 2022, focada em interoperabilidade e capacidades alinhadas a padrões internacionais. A terceira etapa de 2022-2030 para alcançar uma força multimissão, que enfrenta todos os tipos de ameaças à Constituição (FERNANDEZ-OSORIO *et al.*, 2019; ROJAS GUEVARA, 2017b).

Dentro dessa transformação, dado que as negociações de paz mudariam as dinâmicas do conflito armado interno, persistente por mais de sessenta anos, e diante de uma nova situação de um possível pós-conflito e a existência do crime transnacional, em 2015 foi criado o *Plano Minerva* para o desenvolvimento da renovação da doutrina do Exército, que foi denominada *Damasco*. Essa foi a última mudança doutrinária que o Exército teve, ajustada para que a manobra militar possa se adequar às constantes mudanças no ambiente operacional e atrelada ao atendimento mais eficiente dos objetivos nacionais (CASTILLO CASTAÑEDA; NIÑO GONZÁLEZ, 2020; CIRO GÓMEZ; CORREA HENAO, 2014; FERNANDEZ-OSORIO *et al.*, 2019; GONZÁLEZ; BETANCOURT MONTOYA, 2018; SÁNCHEZ *et al.*, 2017; SILVA *et al.*, 2018).

Finalmente, uma parte desta doutrina que é notável para este artigo são os ajustes que são feitos nas tarefas para favorecer a população civil, por exemplo, a coordenação com outras entidades governamentais e as contribuições dos civis para a política, segurança pública e defesa (SILVA *et al.*, 2018). De acordo com autores como Sánchez *et al.* (2017) e González e Betancourt Montoya (2018), essa tendência de incorporar a segurança humana nas suas sete dimensões (segurança econômica, alimentar, sanitária, ambiental, pessoal, comunitária e política) tem sido promovida, entre outros, pelas Nações Unidas desde 2009. No entanto, esse texto difere desse argumento, pois, como mostra a história da doutrina na Colômbia, a segurança humana sempre fez parte de suas tarefas. O que tem acontecido na doutrina é que foram adicionados guias ou mais organização.

### 3 CONCLUSÕES

Este artigo descreveu a forma como a organização militar desenvolveu historicamente sua doutrina na Colômbia. Mostra que, diferentemente do marco teórico de Huntington e Janowitz, no qual a profissão militar e sua doutrina são descritas a partir dos exemplos do Ocidente, a doutrina do Exército Colombiano confirma a hipótese proposta de como, apesar de ter sido criado sob

um legado ocidental e para continuar recebendo legados ocidentais, teve que se ajustar à dinâmica interna do país até hoje. Essa doutrina tem características diferenciais como o papel misto entre militares e civis desde os tempos da Conquista, o que gerou um costume no papel militar no cumprimento de tarefas que em princípio deveriam ser desempenhadas por outras instituições governamentais. Isso também levou à policialização do ente militar e vice-versa, ligado ao fato de que desde o início a organização militar trabalhou no interior do território. Sua função continua sendo principalmente interna, para trabalhar na problemática de segurança do país, focada na integridade do território e na segurança humana em todas as suas dimensões. As Forças Militares da Colômbia não são expedicionárias, no entanto, sua experiência e capacidades atuais permitem uma interoperabilidade, que até o momento tem sido focada em operações de paz.

Por fim, é necessário continuar pesquisando a origem e o desenvolvimento da doutrina das organizações militares na América Latina, pois distinguir suas raízes e avanços permite compreender sua essência e tomar decisões de políticas públicas corretas para seu funcionamento, em equilíbrio com a Nação e as dinâmica internacional.

## REFERÊNCIAS

ACHARYA, A.; BUZAN, B. On the possibility of a non-Western international relations theory. **In:** ACHARYA, A.; BUZAN, B. (ed.). **Non-Western international relations theory**. Abingdon: Routledge, 2009. p. 221-238.

ÁLVAREZ ESTRADA, J. **Acumulación capitalista, dominación de clases y rebelión armada**. Elementos para una interpretación histórica del conflicto social y armado. Bogotá: Espacio Crítico, 2015.

ARANCIBIA CLAVEL, R. **La influencia del Ejército chileno en América Latina**. Santiago: Salesianos, 2002.

ATEHORTÚA, A. Las fuerzas militares en Colombia: de sus orígenes al Frente Nacional. **Historia y Espacio**, Cali, n. 17, p. 133-166, 2001. Disponible en: [https://historiayespacio.univalle.edu.co/index.php/historia\\_y\\_espacio/article/view/6949](https://historiayespacio.univalle.edu.co/index.php/historia_y_espacio/article/view/6949). Acceso el: 20 jun. 2022.

ATEHORTÚA, A. **Construcción del Ejército Nacional en Colombia, 1907-1930: reforma militar y misiones extranjeras**. Medellín: La Carreta Editores, 2009.

Avant, D. D. (1993). The institutional sources of military doctrine: Hegemons in peripheral wars. *International Studies Quarterly*, 37(4), 409-430.

AVANT, D. **Political institutions and military change: lessons from peripheral wars**. New York: Cornell University Press, 1994.

BARRIGA, V. **Informe del secretario de estado del despacho de guerra de la Nueva Granada al congreso de 1852**. Bogotá: Imprenta del Neogranadino, 1852.

BRUNEAU, T. C.; GOETZE Jr., R. B. **From tragedy to success in Colombia: the centrality of effectiveness in civil-military relations**. Washington, DC: William J. Perry Center for Hemispheric Defense Studies, 2019. (Perry Center Occasional Paper, July). Disponible en: [https://www.williamjperrycenter.org/sites/default/files/publication\\_associated\\_files/From%20Tragedy%20to%20Success%20in%20Colombia.pdf](https://www.williamjperrycenter.org/sites/default/files/publication_associated_files/From%20Tragedy%20to%20Success%20in%20Colombia.pdf). Acceso el: 20 jun. 2022.

CAFORIO, G.; NUCIARI, M. **Handbook of the sociology of the military**. New York: Springer, 2006.

CALA, M. El contexto histórico y la matriz discursiva de la doctrina militar en Colombia. **Revista Colombiana de Ciencias Sociales**, Medellín, v. 9, n. 2, p. 403-425, 2018. Disponible en: <https://www.redalyc.org/journal/4978/497859617007/html/>. Acceso el: 21 jun. 2022.

CAMACHO ARANGO, C. **El Conflicto de Leticia (1932-1933) y los ejércitos de Perú y Colombia**. Bogotá: Editorial Universidad Externado de Colombia, 2016.

CARDONA ANGARITA, J. M. La doctrina militar colombiana en las prácticas de los oficiales durante el conflicto armado interno (1995-1998). **Revista Científica General José María Córdova**, Bogotá, v. 18, n. 31, p. 607-625, 2020. Disponible en: <https://revistacientificaesmic.com/index.php/esmic/article/view/606>. Acceso el: 20 jun. 2022.

CASTILLO CASTAÑEDA, A.; NIÑO GONZÁLEZ, C. A. El proceso de desecuritización de la doctrina militar en Colombia. **América Latina Hoy**, Salamanca, v. 84, p. 31-47, 2020. Disponible en: <https://revistas.usal.es/cuatro/index.php/1130-2887/article/view/alh.21021>. Acceso el: 21 jun. 2022.

CEBALLOS GÓMEZ, D. Desde la formación de la República hasta el radicalismo liberal (1830-1886). In: RODRÍGUEZ BAQUERO, L. E. *et al.* (org.). **Historia de Colombia: todo lo que hay que saber**. Bogotá: Punto de lectura, 2011. p. 165-216.

CHARLES BRUNEAU, T.; TOLLEFSON, S. D. Civil-military relations in Brazil: a reassessment. **Journal of Politics in Latin America**, Thousand Oaks, v. 6, n. 2, p. 107-138, 2014. Disponible en: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/1866802X1400600204>. Acceso el: 20 jun. 2022.

CIRO GÓMEZ, A.; CORREA HENAO, M. Transformación estructural del Ejército colombiano. Construcción de escenarios futuros. **Revista Científica General José María Córdova**, Bogotá, v. 12, n. 13, p. 19-88, 2014. Disponible en: <https://revistacientificaesmic.com/index.php/esmic/article/view/155>. Acceso el: 22 jun. 2022.

COHEN, S. A. Changing civil-military relations in Israel: towards an over- subordinate IDF? **Israel Affairs**, Abingdon, v. 12, n. 4, p. 769-788, 2006. Disponible en: [https://www.researchgate.net/publication/233349210\\_Changing\\_Civil-Military\\_Relations\\_in\\_Israel\\_Towards\\_an\\_Over-subordinate\\_IDF](https://www.researchgate.net/publication/233349210_Changing_Civil-Military_Relations_in_Israel_Towards_an_Over-subordinate_IDF). Acceso el: 20 jun. 2022.

COMANDO DEL EJÉRCITO NACIONAL. **Plan de Operaciones Laso, n. 110800**. Bogotá: Archivo General del Ministerio de Defensa Nacional, 1962.

DE MONCADA, D. G. La arquitectura y el poder en Bogotá durante el gobierno del General Gustavo Rojas Pinilla, 1953-1957. **Revista de Arquitectura**, Bogotá, v. 9, n. 1, p. 18-25, 2007. Disponible en: <https://revistadearquitectura.ucatolica.edu.co/article/view/792>. Acceso el: 21 jun. 2022.

DESCH, M. C. Soldiers, states, and structures: The end of the Cold War and weakening U.S. civilian control. **Armed Forces and Society**, Thousand Oaks, v. 24, n. 3, p. 389-405, 1998. Disponible en: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0095327X9802400304>. Acceso el: 20 jun. 2022.

DIAMOD, L.; PLATTNER, M. **Civil-military relations and democracy**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1996.

ESQUIVEL TRIANA, R. **Neutralidad y orden política exterior y militar en Colombia, 1886-1918**. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2009.

FERNANDEZ-OSORIO, A. E. *et. al.* Dynamics of State modernisation in Colombia: the virtuous cycle of military transformation. **Democracy and security**, Abingdon, v. 15, n. 1, p. 75-104, 2019. Disponible en: [https://www.academia.edu/37579403/Dynamics\\_of\\_State\\_Modernization\\_in\\_Colombia\\_The\\_Virtuous\\_Cycle\\_of\\_Military\\_Transformation](https://www.academia.edu/37579403/Dynamics_of_State_Modernization_in_Colombia_The_Virtuous_Cycle_of_Military_Transformation). Acceso el: 23 jun. 2022.

Fishel, J. (2000). Colombia: Civil-Military Relations in the Midst of War. Center for Hemispheric Defense Studies at the National Defense University, 51–56.

GÓMEZ, O. El Ejército en la República de la Nueva Granada (1830-1858). **Revista Ciencia y Tecnología del Ejército**, Bogotá, v. 7, n. 13, 2016.

GONZÁLES, F. **Partidos, guerra e iglesia en la construcción del Estado Nación en Colombia, (1830-1900)**. Medellín: La Carreta histórica, 2006.

GONZÁLEZ, M.; BETANCOURT MONTOYA, M. La transformación del Ejército Nacional de Colombia: una interpretación teórica. **URVIO: Revista Latinoamericana de Estudios de Seguridad**, Quito, n. 22, p. 70-84, 2018. Disponible en: <https://revistas.flacsoandes.edu.ec/urvio/article/view/3093>. Acceso el: 20 jun. 2022.

GUY, C. Democratic consolidation in the Southern Cone and Brazil: beyond political disarticulation? **Taylor & Francis**, Abingdon, v. 11, n. 2, p. 92-113, 1989. Disponible en: <https://www.jstor.org/stable/3992743>. Acceso el: 23 mar. 2023.

HUNTINGTON, S. P. **The soldier and the state: the theory and politics of civil-military relations**. Cambridge: Belknap Press, 1957.

JANOWITZ, M. **The professional soldier**. Glencoe: The Free Press, 1960.

LA ROSA, M.; MEJÍA, G. **Historia concisa de Colombia**. Bogotá: Debate, 2017.

LEAL BUITRAGO, F. **La Seguridad Nacional a la Deriva: del Frente Nacional a la Posguerra Fría**. Análisis político. Bogotá: Alfaomega Colombiana, 2002.

LIEUWEN, E. **Arms and Politic in Latin America**. New York: Praeger, 1961.

MADIWALE, A.; VIRK, K. Civil-military relations in natural disasters : a case study of the 2010 Pakistan floods. **International Review of the Red Cross**, Cambridge, v. 93, n. 884, p. 1085-1106, 2011. Disponível em: <https://www.icrc.org/en/doc/assets/files/review/2011/irrc-884-madiwale-virk.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2022.

MARTÍNEZ, N. *et al.* **La Caballería Colombiana: 209 años de Constitución de la Nación. Homenaje en el Bicentenario de la Batalla del Pantano de Vargas de Estudios Históricos del Ejército**. Bogotá: Ejército de Colombia, 2019.

MARTÍNEZ, R.; DURÁN, M. International missions as a way to improve civil-military relations: The Spanish case (1989-2015). **Democracy and Security**, Abingdon, v. 13, n. 1, p. 1-23, 2017. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17419166.2016.1236690>. Acesso em: 20 jun. 2022.

MELÉNDEZ CAMARGO, J. D. Colombia y su participación en la Guerra de Corea: Una reflexión tras 64 años de iniciado el conflicto. **Historia y memoria**, Boyacá, n. 10, p. 199-239, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=325133620008>. Acesso em: 20 jun. 2022.

PADILLA CEPEDA, J. M. Educación científica y cultura investigativa para la formación del Profesional en Ciencias Militares de Colombia. **Revista Científica General José María Córdova**, Bogotá, v. 12, n. 13, p. 362-364, 2014. Disponível em: <https://revistacientificaesmic.com/index.php/esmic/article/view/167>. Acesso em: 23 jun. 2022.

PEÑA, Y. Estado, Ejército y profesionalización. **Revista Ciencia y Tecnología del Ejército**, Bogotá, v. 7, n. 13, 2016.

PINZÓN, C. **Informe que el secretario de Guerra de la Nueva Granada dirige al congreso de 1856**. Bogotá: Imprenta del Neogranadino, 1856.

PINZÓN BUENO, J.; RODRÍGUEZ URIBE, J. **Tras los pasos de un combatiente de dos siglos: historia de las fuerzas armadas 1880-1945**. Bogotá: Planeta, 2016.

PINZÓN, J. C. Colombia back from the brink. **Prism**, New York, v. 5, n. 4, p. 2-9, 2016. Disponível em: [https://ethz.ch/content/dam/ethz/special-interest/gess/cis/center-for-securities-studies/resources/docs/NDU-Prism\\_5-4.pdf](https://ethz.ch/content/dam/ethz/special-interest/gess/cis/center-for-securities-studies/resources/docs/NDU-Prism_5-4.pdf). Acesso em: 20 jun. 2022.

PIZARRO, E. **De la guerra a la paz: las fuerzas militares entre 1996 y 2018**. Bogotá: Planeta, 2018.

POSEN, B. **The sources of military doctrine: France, Britain, and Germany between the world wars**. Cornell University Press. 1984.



PLAZAS OLARTE, G. El Ejército y los conflictos del siglo XIX. In: VALENCIA TOVAR, A. (ed.). **Historia de las fuerzas militares de Colombia**. Tomo II. Bogotá: Planeta, 1993.

RAMÍREZ, L. El gobierno de Rojas y la inauguración de la televisión: imagen política, educación popular y divulgación cultural. **Historia Crítica**, Bogotá, n. 22, p. 131-151, 2001. Disponible en: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=81111330007>. Acceso el: 23 jun. 2022.

ROJAS GUEVARA, P. J. Damascus: the renewed doctrine of the National Army of Colombia. **Journal of Military and Strategic Studies**, Bogotá, v. 17, n. 4, p. 263-272, 2017a.

ROJAS GUEVARA, P. J. Doctrina Damasco: eje articulador de la segunda gran reforma del Ejército Nacional de Colombia. **Revista Científica General José María Córdova**, Bogotá, v. 15, n. 19, p. 95-119, 2017b. Disponible en: <https://revistacientificaesmic.com/index.php/esmic/article/view/78>. Acceso el: 20 jun. 2022.

RUHL, M. Civil-military relations in Colombia: a societal explanation. **Interamerican Studies and World Affairs**, Ann Arbor, v. 23, n. 2, p. 123-146, 1981. Disponible en: <https://www.jstor.org/stable/165762>. Acceso el: 22 jun. 2022.

SALAZAR, R. Policialización del ejército y tolerancia cero para los movimientos populares en América Latina. **Frónesis**, Caracas, v. 16, n. 2, p. 274-290, 2009. Disponible en: [http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1315-62682009000200006&lng=es&tlng=es](http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1315-62682009000200006&lng=es&tlng=es). Acceso en: 22 jun. 2022.

SÁNCHEZ, M. P.; BARÓN, J. D. R.; YARA, Y. S. P.; MARTÍNEZ, M. A. G. La seguridad humana en la Doctrina Damasco: un eje de transformación hacia el Ejército del futuro. **Brújula Semilleros de Investigación**, Bogotá, v. 5, n. 10, p. 6-17, 2017. Disponible en: <https://brujuladesemilleros.com/index.php/bs/article/view/65>. Acceso en: 20 jun. 2022.

SANCLEMENTE, M. **Informe que el Secretario de Guerra de la Nueva Granada dirige al Congreso de 185**. Bogotá: Imprenta de la Nación, 1858.

SANTOS PICO, M. **Historia Militar del Ejército de Colombia**. Vol. II. Bogotá: Centro de Estudios Históricos del Ejército; Biblioteca Histórica Militar Colombiana, 2007.

SARIGIL, Z. Civil-military relations beyond dichotomy: with special reference to Turkey. **Turkish Studies**, Abingdon, v. 12, n. 2, p. 265-278, 2011. Disponible en: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14683849.2011.572633>. Acceso en: 12 jul. 2022.

SILVA, G., MEILLÓN, V., HERRERA, C., RAMÓN, V., PARGA, R., ROSALES, E., & HERNÁNDEZ, M. Educación en Seguridad y Defensa. **Educación en seguridad y defensa**

**desde el punto de vista de los colegios de defensa iberoamericanos.** Madrid: Ministerio de Defensa de España, 2018.

SOTOMAYOR VELÁZQUEZ, A. Civil-military affairs and security institutions in the Southern Cone: the sources of Argentine-Brazilian Nuclear Cooperation. **Latin American Politics & Society**, Cambridge, v. 46, n. 4, p. 29-60, 2004. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/latin-american-politics-and-society/article/abs/civilmilitary-affairs-and-security-institutions-in-the-southern-cone-the-sources-of-argentinebrazilian-nuclear-cooperation/3574D86F07B383C150BA7E8321DEB577>. Acesso em: 12 jul. 2022.

TICKNER, A. Seeing IR differently: notes from the Third World. **Millennium**, Thousand Oaks, v. 32, n. 2, p. 295-324, 2003. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/03058298030320020301>. Acesso em: 12 jul. 2022.

TICKNER, A., & BLANEY, D. (Eds.). **Thinking international relations differently.** Routledge. 2013.

VALENCIA TOVAR, A. **Historia de las fuerzas militares de Colombia.** Tomo III: Ejército. Bogotá: Planeta, 1993.

VALENCIA TOVAR, A.; GARCÍA, G. **En Corea por la libertad y por la gloria.** Bogotá: Imprenta y Publicaciones de las Fuerzas Militares, 2003.

VENNESSON, P. Civil-military relations in France: is there a gap? **Journal of Strategic Studies**, Abingdon, v. 26, n. 2, p. 29-42, 2003. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01402390412331302965>. Acesso em: 12 jul. 2022.

WEISS, T. G.; CAMPBELL, K. M. Military humanitarianism. **Survival**, Abingdon, v. 33, n. 5, p. 451-465, 1991. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00396339108442612?journalCode=tsur20>. Acesso em: 12 jul. 2022.

WEISS, T. G. **Military-Civilian interactions: intervening in humanitarian crisis.** Lanham: Rowman and Littlefield Publishers, 1999.